


## PANORAMA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-191>

Data de submissão: 19/02/2025

Data de publicação: 19/03/2025

**Éllen da Silva Rufino dos Reis**

Mestre em Educação

Doutoranda

UNISUL

E-mail: [ellen\\_rufino@yahoo.com.br](mailto:ellen_rufino@yahoo.com.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7403-0267>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4987297162735620>

**Flávia Wagner**

Doutoranda em Educação

UNISUL

E-mail: [flavia.wagner@animaeducacao.com.br](mailto:flavia.wagner@animaeducacao.com.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5805-3565>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9203325213018061>

### RESUMO

A educação inclusiva no ensino superior é um tema de crescente importância. A inclusão é fundamental para reduzir desigualdades educacionais, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência dos estudantes, promovendo equidade e justiça social. Sendo assim, este estudo realizou uma análise do “Panorama do processo de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior brasileiro”, o objetivo desta pesquisa consiste em compreender os desafios que o ensino superior vem enfrentado para garantir esses direitos e atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Utilizou-se como metodologia uma revisão integrativa que analisou as publicações acadêmicas relevantes sobre educação inclusiva no ensino superior, disponíveis nas bases de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e Scientific Electronic Library Online, no período de 2014 a 2024. Os resultados qualitativos revelaram que o processo de inclusão ainda está em estágio inicial, indicando a necessidade de reformar as políticas de inclusão no ensino superior, investir na formação contínua dos docentes, melhorar a infraestrutura universitária e implementar ações de apoio financeiro para os estudantes com deficiência, visando a proporcionar os recursos necessários para superar as limitações da deficiência. Concluiu-se que é necessário acompanhar mais de perto a implementação prática das políticas de inclusão.

**Palavras-chave:** Políticas de inclusão. Ensino superior. Revisão integrativa.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no ensino superior vai além do âmbito acadêmico, abrangendo a vida estudantil e a comunidade universitária. Programas de apoio, atividades extracurriculares e parcerias com organizações externas promovem a inclusão dos estudantes (Bohnert, 2017). Essa abordagem não é apenas sobre acesso, mas uma filosofia que valoriza a diversidade como um pilar da educação contemporânea. Ambientes inclusivos promovem igualdade de oportunidades e contribuem para uma sociedade mais justa e democrática (Gotelipe, 2022).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, representa um marco histórico na defesa e promoção dos direitos fundamentais de todos os seres humanos. Entre os países- membros que outorgaram a declaração, encontra-se o Brasil, que se comprometeu com os princípios nela estabelecidos, incluindo o direito à instrução, como expresso no artigo XXVI, § 1: "Toda pessoa tem direito à instrução" (Souza, 2020).

Movimentos globais têm lutado para que a educação seja reconhecida como um direito universal, abrangendo o direito de ensinar, aprender e garantir acesso para todos, independentemente de suas condições (Rivero; Gilleta, 2019). No Brasil, várias leis e decretos garantem o acesso e permanência de pessoas com deficiência (PcD) no ensino superior (Fernandes; Costa, 2015). A Constituição de 1988 consagra a educação como um direito de todos e dever do Estado, assegurando igualdade de condições para acesso e permanência no espaço educacional (Brasil, 1988).

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, estabelece como princípio fundamental o respeito à diversidade e à igualdade de oportunidades educacionais. Ela prevê a oferta de educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, e determina que as instituições de ensino superior devem promover medidas para eliminar barreiras que dificultem o acesso e a participação de pessoas com deficiência (Brasil, 1996).

Ainda na década de 1990, documentos internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram as políticas de educação inclusiva no Brasil, enfatizando a importância de reconhecer e valorizar a diversidade de habilidades e necessidades dos educandos (Brasil, 1990).

No início do século XXI, destaca-se o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que aponta as instituições de ensino superior com a responsabilidade de organizar sua estrutura curricular de forma a proporcionar uma formação docente que contemple a atenção à diversidade (Brasil, 2006). Conforme Wagner (2009) destaca, a profissão docente demanda uma revisão constante de seu significado à medida que se enfrenta o cenário de transição paradigmática.

Nesse contexto, as representações sociais e a implementação de ações inclusivas se tornam cruciais. Isso significa que as instituições de educação superior devem desenvolver currículos que considerem as necessidades e características individuais de todos os discentes, incluindo aqueles com deficiência ou necessidades especiais.

Esse compromisso com a diversidade e inclusão, evidenciado pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos lançado em 2007 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Brasil, 2007), visa a promover os direitos humanos na educação, abordando temas sobre pessoas com deficiência no currículo básico para sensibilizar os estudantes sobre diversidade e inclusão (Brasil, 2007).

Essas iniciativas conjuntas refletem um esforço coletivo para garantir uma educação inclusiva e respeitosa da diversidade em todos os níveis de ensino no Brasil. Em consonância, Reis, Borges e Wagner (2023) afirmam que o ser humano é único em todas as esferas - intelectual, emocional, familiar, espiritual, social, entre outras. Essa individualidade implica necessidades específicas no processo de ensino-aprendizagem escolar, sugerindo que a inclusão efetiva depende de um compromisso multifacetado e colaborativo entre políticas públicas, instituições e a sociedade.

O plano também propõe ações afirmativas para garantir o acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, como bolsas de estudo, adaptações curriculares e suporte pedagógico, eliminando barreiras para a plena participação desses estudantes (Brasil, 2007).

Mais à frente tem-se a conquista da Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que reforça o direito à educação inclusiva e estabelece medidas específicas para garantir a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior (Brasil, 2015).

Dentro desse cenário de direitos prescritos em forma de lei, o objetivo desta pesquisa consiste em compreender os desafios que o ensino superior vem enfrentado para garantir esses direitos e atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência.

Para atingir o proposto, optou-se metodologicamente por fazer uma revisão bibliográfica do tipo integrativa. Trata-se de uma abordagem que permite a síntese de conhecimentos sobre um tema específico a partir da análise de estudos previamente publicados em base de dados confiáveis.

Este tipo de revisão é amplamente utilizado em pesquisas acadêmicas para avaliar, criticar e integrar os achados de múltiplos estudos, proporcionando uma compreensão mais ampla e aprofundada do tema investigado. Botelho, Cunha e Macedo (2011) descrevem a revisão integrativa como um método estruturado em seis etapas, que incluem:

1. Escolha do tema de pesquisa e formulação da pergunta de pesquisa, abordando questões pertinentes ao tema;
2. Estabelecimento dos critérios para inclusão ou exclusão de textos durante a busca;
3. Identificação dos estudos selecionados;
4. Categorização dos estudos selecionados na etapa anterior;
5. Análise e interpretação dos resultados obtidos;
6. Apresentação da revisão realizada, juntamente com a síntese dos resultados alcançados (*apud* Carvalho, 2020, p. 45).

A realização minuciosa de todas as etapas foi crucial para garantir a legitimidade e precisão dos resultados na revisão (Kramm, 2019). Cada fase assegurou a excelência da análise, forneceu *insights* significativos sobre o cenário universitário brasileiro.

Perguntas abordadas no texto são: as legislações e políticas de inclusão tem sido suficientes para assegurar a equidade no acesso do estudante com deficiência ao ensino superior no Brasil? Quais barreiras socioeconômicas e culturais dificultam a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nas universidades? Como a inclusão reduz desigualdades educacionais?

A investigação buscou fornecer indícios de respostas para essas perguntas complexas, seguindo a metodologia detalhada, as categorias de análise, os resultados e as considerações finais.

## **2 MÉTODO DE PESQUISA**

Para atender ao objetivo desta pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa, empregando revisão integrativa que permitiu uma análise aprofundada das publicações acadêmicas relevantes sobre o tema da educação inclusiva no ensino superior. Foi realizada uma busca nas bases de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com os seguintes descritores; “Ensino Superior” AND “Brasil” AND “Políticas de Inclusão” AND “Deficiência”. O período de busca foi de 2014 – 2024. O objetivo de utilizar descritores e um período de busca de dez anos é assegurar a inclusão das pesquisas mais recentes e relevantes para o campo, com ênfase nas legislações atuais, como a estabelecida pelo Ministério da Educação (2007).

Essa legislação aborda a criação e implementação de políticas e programas específicos, tais como bolsas de estudo, adaptações curriculares e suporte pedagógico, visando a eliminar as barreiras que impedem a plena participação dos estudantes no ensino superior. Além dos textos advindos da revisão integrativa, também foram analisadas as legislações que regulamentam a educação inclusiva no ensino superior brasileiro, acrescidas de investigações sobre as iniciativas governamentais inerentes ao tema, por intermédio de consultas ao Ministério da Educação.

Essa metodologia proporcionou uma compreensão abrangente das tendências, perspectivas e debates atuais relacionados à educação inclusiva no ensino superior, fundamentando as análises e discussões apresentadas neste estudo. Após a seleção dos descritores apropriados e a definição do período de busca, realizou-se a pesquisa na BDTD, resultando na recuperação de 25 estudos. Com o intuito de ampliar a pesquisa, também foi realizada uma busca na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), utilizando os mesmos descritores e operadores booleanos. No entanto, não se encontrou nenhum resultado e então se optou por analisar os resultados disponíveis na BDTD.

Em seguida, procedeu-se à definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos. Os estudos incluídos abordam políticas de inclusão destinadas aos estudantes com deficiência matriculados no ensino superior, dentro do período de 2014 a 2024, escrito na língua portuguesa, com acesso aberto contendo o texto na íntegra, classificado dentro da área da educação. Os estudos excluídos foram aqueles que não tratavam das políticas de inclusão de pessoas com deficiência em outros níveis de ensino, fora do escopo do ensino superior, fora do período mencionado, publicado em outras áreas para além da educação e que não tinham textos com acesso aberto e completos para leitura.

Dos 25 estudos recuperados, 19 foram selecionados para análise, pois satisfaziam os critérios de inclusão; seis estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios estabelecidos, incluindo dois estudos duplicados; um estudo sobre políticas de afirmação; e três estudos específicos sobre práticas da docência, sem tratar das políticas de inclusão. Assim, a análise foi conduzida com base nos 19 estudos que satisfaziam os requisitos da pesquisa, permitindo uma avaliação focada nas políticas de inclusão no ensino superior.

**Quadro 1** – Descritores e resultados

<b>Descritores</b>	<b>Resultados selecionados</b>	<b>Resultados analisados</b>
“Ensino Superior” AND “Brasil” AND “Políticas de Inclusão” AND “Deficiência”	25	19

**Fonte:** Elaboração própria, 2024.

Os estudos selecionados foram apresentados de forma clara e sucinta, utilizando um quadro com ano de publicação, tipo de estudo, título, autor, universidade e repositório. Essa abordagem, sugerida por Souza, Silva e Carvalho (2010), é eficaz para comunicar resultados de revisões integrativas. Também foram consideradas as implicações práticas e teóricas, as limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras.

**Quadro 2 - Dissertações e teses selecionadas**

Nº	Ano/ Tipo	Título	Autor	Repositório
E1	2014 Dissertação	Um desafio entre o ideal e o real: a implementação das ações de inclusão educacional e o Centro Acadêmico no Agreste	Ianara Alves de ALMEIDA	Universidade federal de Pernambuco. <a href="https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11781">https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11781</a>
E2	2015 Tese	Inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: Representações Sociais que produzem sentidos e (re)desenham cenários	Denise de Oliveira ALVES	Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. <a href="http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/19100">http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/19100</a>
E3	2015 Tese	Inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE	Eliane Pinto de GÔES	Universidade do Estado do Rio de Janeiro <a href="https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/14781">https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/14781</a>
E4	2016 Dissertação	A política de educação inclusiva nas instituições de educação superior da região Sul de Santa Catarina	Júlia Graziela Della JUSTINA	Universidade do Sul de Santa Catarina <a href="https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/3521">https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/3521</a>
E5	2016 Dissertação	As representações sociais sobre as políticas de inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: um estudo com docentes de uma Universidade do Sul do Brasil	Lucélia PERON	Universidade Federal da Fronteira Sul <a href="https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/659">https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/659</a>
E6	2016 Dissertação	Acesso e permanência na educação superior – estratégias e ações da divisão de acessibilidade e ações afirmativas/ DIAF na UFMS	Leila Lima de Souza SANTANA	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul <a href="https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/2840">https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/2840</a>
E7	2018 Dissertação	Políticas inclusivas e a formação do Tradutor Intérprete da Libras (TILS) atuante no Ensino Superior	Carlene da Penha SANTOS	Universidade Federal da Paraíba <a href="https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14699?locale=pt_BR">https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14699?locale=pt_BR</a>
EE8	2019 Dissertação	Direito à educação superior para pessoas com deficiência no Brasil e Uruguai: estudo comparativo no decênio da inclusão –2006-2016	Manoel Mendes AMORIM	Universidade de Brasília <a href="http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/36820">http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/36820</a>
EE9	2019 Dissertação	Acessibilidade atitudinal e pedagógica no ensino superior: caminhos para inclusão dos estudantes com deficiência na universidade	Jôse Storniolo BRASIL	Universidade Federal do Pampa <a href="https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/4903">https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/4903</a>
EE10	2019 Dissertação	Inclusão e acessibilidade na educação superior sob o enfoque de políticas públicas federais: O Programa incluir	Tatiana Gonçalves MUZI	Fundação Getúlio Vargas <a href="https://repositorio.fgv.br/items/edba2273-8a0b-4003-9548-ec7584855894">https://repositorio.fgv.br/items/edba2273-8a0b-4003-9548-ec7584855894</a>
EE11	2020 Dissertação	Educação de pessoas com deficiência como direito humano: condições de acesso e permanência: nos programas de Pós- Graduação da Universidade Federal da Paraíba	Luzia da Trindade SOUZA	Universidade Federal da Paraíba <a href="https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20478?locale=pt_BR">https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20478?locale=pt_BR</a>
EE12	2020 Dissertação	Acessibilidade sensorial para o acesso à educação superior pública pelas pessoas com deficiência: uma análise dos projetos Pedagógicos dos cursos no âmbito da CAPES e UAB	Weslei Oki de AGUIAR	Universidade Federal do Rio Grande do Sul <a href="https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218106">https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218106</a>
EE13	2021 Dissertação	Inclusão e permanência na Universidade de Brasília: desafio	Luciana Piccini Moreira LIMA	Universidade de Brasília



		dos estudantes de graduação com deficiência		<a href="http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/41489/1/2021_LucianaPicciniMoreiraLima.pdf">http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/41489/1/2021_LucianaPicciniMoreiraLima.pdf</a>
EE14	2021 Dissertação	Inclusão no ensino superior? percepções dos estudantes com deficiência da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Campina Grande	Muriel Paulino COSTA	Universidade Federal de Campina Grande <a href="https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20907?locale=pt_BR">https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20907?locale=pt_BR</a>
EE15	2021 Dissertação	Inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: o comitê de inclusão e acessibilidade da UFPB para o acesso e a permanência	Paulino Joaquim da SILVA NETO	Universidade Federal da Paraíba <a href="https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22374?locale=pt_BR">https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22374?locale=pt_BR</a>
EE16	2021 Tese	Inclusão na Educação Superior: novas tessituras para o campo da docência universitária	Gracy Kelly Andrade P. OLIVEIRA	Universidade Federal da Bahia <a href="https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34788">https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34788</a>
EE17	2022 Dissertação	Da inclusão à conclusão: uma análise quantitativa da situação acadêmica de estudantes com deficiência na UFPel	Aline dos Santos PEREIRA	Universidade Federal de Pelotas <a href="https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/9489?locale-attribute=pt_BR">https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/9489?locale-attribute=pt_BR</a>
EE18	2022 Tese	Docência e inclusão do estudante com deficiência na Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Tarcileide Maria C. BEZERRA	Universidade Federal do Rio Grande do Norte <a href="https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48538">https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48538</a>
EE19	2023 Dissertação	Desafios às práticas docentes inclusivas no Instituto Federal da Paraíba	Carina Alessandra de NÓBREGA	Universidade Federal da Paraíba <a href="https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29848">https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29848</a>

**Fonte:** Elaboração própria, 2024. Nota: Utiliza-se a letra “E” acompanhada de número para referenciar os estudos, tornando a leitura prática.

As 15 dissertações e as quatro teses analisadas revelam desafios e avanços, destacando a diversidade de abordagens e contextos institucionais. De comparações internacionais, como entre Brasil e Uruguai (Amorim, 2019), a percepções nacional (Justina, 2016), as pesquisas mostram uma lacuna entre políticas idealizadas e práticas reais, evidenciando a necessidade de melhorias na acessibilidade física, atitudinal e pedagógica.

Além disso, ressaltam a importância de adaptações institucionais, formação docente e suporte contínuo para garantir acesso, permanência e sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência.

### 3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para uma análise minuciosa e coerente, foi essencial estabelecer classificações baseadas em critérios específicos ao escopo do estudo. Essas classificações foram elaboradas conforme o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que trata do exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

O Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, aborda a questão da acessibilidade no contexto da regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Ele estabelece diretrizes e critérios para a oferta de educação inclusiva, contemplando aspectos de acessibilidade arquitetônica, comunicativa, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Essa abordagem visa a garantir que as instituições de ensino superior estejam preparadas para atender às necessidades de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência ou necessidades especiais, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão no ambiente acadêmico. Portanto, as categorias de análise foram definidas *a priori* da seguinte forma:

- a) **Infraestrutura, acessibilidade e recursos:** disponibilidade de recursos financeiros e físicos, como rampas, elevadores, banheiros acessíveis e salas de aula adaptadas, entre outros aspectos, que garantam a acessibilidade para estudantes com deficiência.
- b) **Suporte acadêmico e pedagógico:** programas de apoio acadêmico oferecidos aos estudantes com deficiência, como tutores, orientadores educacionais e intérpretes de língua de sinais, além de adaptações curriculares e métodos de ensino que promovam a inclusão e acessibilidade para esse público.
- c) **Legislação e políticas institucionais:** avaliação das leis e regulamentos nacionais referentes à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, bem como análise das políticas institucionais das universidades relacionadas à acessibilidade e inclusão.

O próximo passo foi analisar detalhadamente os dados coletados em cada categoria, buscando identificar lacunas, desafios e boas práticas. Os dados foram organizados em um quadro para apresentar com precisão a frequência das categorias, oferecendo uma síntese clara das informações coletadas.

**Quadro 3 – Matriz síntese de análise**

Estudo	A-Infraestrutura, acessibilidade e recursos	B-Suporte acadêmico e pedagógico	C-Legislação e políticas institucionais
E1	X	X	X
E2	X	X	X
E3	X	X	X
E4	X	X	X
E5	X	X	X
E6	X	X	X
E7	X	X	X
E8	X	X	X
E9	X	X	X
E10	X	X	X
E11	X	X	X
E12	X	X	X
E13	X	X	X



E14	X	X	X
E15	X	X	X
E16	X	X	X
E17	X	X	X
E18	X	X	X
E19	X	X	X

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Botelho, Cunha e Macedo (2011).

Ao analisar a categoria A) "**Infraestrutura, acessibilidade e recursos**", todos os estudos destacaram barreiras arquitetônicas, atitudinais, físicas e sistêmicas. Silva Neto (2021) (E15) revelou desafios consideráveis no acesso e admissão de estudantes com deficiência no ensino superior, especialmente devido à acessibilidade física e arquitetônica limitada das instalações. Nóbrega (2023) (E19) enfatizou a necessidade de recursos, tecnologias assistivas e ambientes adaptados para garantir a participação igualitária dos estudantes. Pereira (2022) (E17) mencionou obstáculos estruturais, sociais e culturais no acesso à universidade para estudantes com deficiência.

Justina (2016) (E4), em sua pesquisa sobre políticas de inclusão na região sul de Santa Catarina, observou esforços das instituições para atender às necessidades dos estudantes, com programas de Educação Inclusiva, salas multifuncionais e núcleos de atendimento específicos. Esses esforços demonstram um compromisso crescente com a promoção da equidade no ambiente educacional, embora desafios persistam na implementação eficaz dessas políticas e na garantia de acesso universal e inclusivo ao ensino superior.

O estudo (E4) destaca diversos programas de apoio aos universitários, como o Programa de Educação Inclusiva, operado na Sala Multifuncional de Aprendizagem (SAMA). O SAMA tem quatro núcleos: Atendimento à Pessoa com Deficiência, Atendimento Psicopedagógico, Necessidades Econômicas e Estudos Étnico-Raciais, Afro-brasileiros, Indígenas e Minorias. Há também o Programa de Bolsa de Estudos e Financiamento, incluindo o Programa de Bolsa do Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), visando ao acesso e permanência de estudantes. As instituições têm o Programa de Inovação Pedagógica Diagnosticar e Intervir com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), buscando melhorar o ensino dos cursos de graduação.

É crucial questionar se esses programas abordam todas as dimensões da inclusão de maneira adequada e equitativa, incluindo aspectos socioeconômicos e étnico-raciais, e se recebem apoio e financiamento suficientes a longo prazo. Embora representem avanços, uma análise crítica é essencial para avaliar sua efetividade e promover melhorias contínuas em direção a uma educação inclusiva e equitativa. Surgem questões sobre por que todas as universidades não estão implementando esses programas - falta de incentivo, políticas internas ou falta de interesse?

Pereira (2022) (E17) identificou desafios significativos na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em atender plenamente as necessidades dos estudantes com deficiência, incluindo falta de adequação dos espaços e falta de sensibilização na comunidade universitária. Além do acesso, a pesquisa destaca a importância de garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. A pesquisadora ressalta a necessidade de melhorias no ambiente institucional da UFPel para promover uma educação superior inclusiva e igualitária para todos os estudantes.

Os estudos (E2, E4, E9, E11, E13, E14 e E17) destacam a importância de superar barreiras físicas e estruturais para garantir acesso equitativo à educação, especialmente para grupos vulneráveis como pessoas com deficiência. No entanto, é essencial avaliar criticamente as ações concretas tomadas para enfrentar esses obstáculos. Investimentos em infraestrutura e tecnologia assistiva são cruciais, mas é igualmente importante abordar as barreiras atitudinais e sistêmicas que perpetuam a exclusão. Resolver esses desafios requer uma abordagem holística e coordenada, que inclua não apenas investimentos materiais, mas também mudanças culturais e políticas.

Além disso, é crucial combater as desigualdades socioeconômicas que persistem, impedindo que crianças e jovens de famílias mais pobres tenham acesso igualitário à educação. Isso exige políticas públicas eficazes, como programas de bolsas de estudo, transporte escolar gratuito, entre outras ações que promovam oportunidades de sucesso (Paz-Maldonado, 2021).

A categoria B) "**Suporte acadêmico e pedagógico**", está presente em todos os estudos analisados e desempenha um papel crucial na promoção da educação inclusiva no ensino superior. Seu objetivo é constatar se há ações das instituições para apoiar estudantes com deficiência, garantindo não apenas sua entrada, mas também sua permanência e conclusão bem-sucedida dos cursos. No entanto, uma lacuna preocupante foi evidenciada nos estudos: a ausência de programas de incentivo financeiro para subsidiar as necessidades individuais desses estudantes.

Por exemplo, a implementação de bolsas de estudo específicas para estudantes com deficiência, que poderiam cobrir despesas como materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas, transporte acessível e apoio especializado, é uma medida essencial que ainda está ausente na maioria das instituições. Esses programas de suporte financeiro seriam fundamentais para remover barreiras econômicas e proporcionar condições equitativas para que todos os estudantes possam aproveitar plenamente as oportunidades educacionais oferecidas.

Lima (2021) (E13) revela que, na Universidade de Brasília (UnB), os estudantes com deficiência enfrentam desafios devido à falta de apoio financeiro adequado. Embora a UnB se comprometa com adaptações para garantir acessibilidade, o suporte financeiro é considerado insuficiente, podendo afetar negativamente a experiência acadêmica e a conclusão dos estudos.

Destaca-se, portanto, a necessidade de aprimorar a eficácia e a consistência das ações, bem como realizar investimentos adicionais para garantir acessibilidade e permanência sob condições humanizadas.

No âmbito da pós-graduação, Souza (2020) (E11) afirma que, na Universidade Federal da Paraíba, o suporte financeiro aos estudantes com deficiência é insuficiente e ainda está em estágio inicial. Apesar das políticas de cotas facilitarem o acesso, é necessário implementar não apenas ações de ingresso, mas também medidas que garantam a permanência e promovam ferramentas e meios para atender às necessidades específicas de cada universitário com deficiência. A ausência de verbas específicas para políticas de acessibilidade e inclusão na pós-graduação é uma limitação significativa. Essa falta não só cria barreiras adicionais, mas também evidencia a falha das instituições em garantir acesso igualitário à educação superior, limitando o potencial acadêmico e profissional desses cidadãos.

As barreiras sociais e econômicas, muitas vezes invisíveis, dificultam o acesso e participação de grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, em várias áreas da vida. Na educação, falta de recursos financeiros pode impedir o acesso a tecnologias e recursos adaptativos. Famílias de baixa renda enfrentam dificuldades com custos adicionais, como transporte e materiais adaptados. Instituições em áreas carentes também sofrem com falta de recursos e infraestrutura, dificultando práticas inclusivas e acomodações adequadas para universitários com deficiência.

Além das barreiras socioeconômicas, as barreiras culturais também desempenham um papel crucial na implementação da acessibilidade e inclusão. As atitudes e crenças arraigadas na cultura podem perpetuar estigmas e preconceitos em relação às pessoas com deficiência, o que pode levar à discriminação e exclusão em ambientes educacionais e sociais (Poker; Valentim; Garla, 2018).

Outrossim, a falta de representatividade e invisibilidade das pessoas com deficiência na mídia, na cultura popular e nos espaços públicos pode contribuir para a perpetuação de estereótipos negativos e limitados sobre suas capacidades e potenciais. Isso pode influenciar a maneira como essas pessoas são tratadas e percebidas na sociedade, criando barreiras adicionais para sua plena inclusão e participação (Bazon *et al.*, 2018).

Para superar essas barreiras socioeconômicas e culturais (E5, E9, E11, E17 e E18), é necessário um esforço conjunto e coordenado de todos os setores da sociedade. Isso inclui a implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso equitativo à educação, bem como ações para aumentar a conscientização e a sensibilização sobre as questões relacionadas à deficiência (Tomelin *et al.*, 2018).

Todavia (E1, E3, E4, E9, E10, E15 e E16), é fundamental investir em programas de formação continuada e desenvolvimento profissional para os educadores, profissionais de saúde, líderes

comunitários e outros atores-chave, visando a promover uma cultura de inclusão e respeito à diversidade. Isso pode incluir formações sobre práticas pedagógicas inclusivas, sensibilização sobre os direitos das pessoas com deficiência e promoção de uma linguagem e comunicação inclusivas (Breitenbach; Honnef; Costas, 2016).

Outra estratégia importante é promover a participação ativa das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida social e política, garantindo que tenham voz e representação em processos de tomada de decisão que afetam suas vidas. Isso pode incluir a criação de espaços inclusivos e acessíveis para a participação de pessoas com deficiência em instituições educacionais, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais (Fernandes; Moreira, 2017).

Nessa perspectiva (E2, E3, E4, E6, E8, E10, E12 e E16), as barreiras socioeconômicas e culturais representam desafios significativos para a implementação da acessibilidade e inclusão, mas é possível superá-las por meio de ações coordenadas e comprometidas de todos os setores da sociedade. Ao trabalhar juntos para eliminar essas barreiras, pode-se construir uma sociedade mais inclusiva, igualitária e acolhedora para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades e capacidades (Silva, 2018).

Constatou-se que na categoria 3) "**Legislação e políticas institucionais**", surgiu em 100% dos estudos analisados. As críticas específicas de Peron (2016) (E5) em relação às políticas de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior destacam tanto os progressos alcançados quanto os desafios persistentes. Embora essas políticas tenham gerado reflexões na comunidade universitária sobre os direitos das pessoas com deficiência, ainda persistem dificuldades na busca por soluções eficazes, devido à falta de recursos e formação contínua. Isso resulta em uma inclusão que muitas vezes é mais aparente do que efetiva, evidenciando uma lacuna entre o discurso e a prática. Almeida (2014) (E1) complementa essa crítica, ao apontar a discrepância entre a retórica de inclusão no Centro Acadêmico do Agreste e a falta de ações concretas, destacando a urgência em criar um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo.

Costa (2021) (E14) enfatiza a importância de uma reflexão sobre a implementação efetiva das políticas de inclusão, confrontando a discrepância entre matrículas de estudantes com deficiência e estimativas populacionais. Ele destaca a necessidade de considerar aspectos legais e de acessibilidade para promover uma inclusão genuína no ensino superior. Essa crítica é complementada por Lima (2021) (E13), que ressalta a importância de ouvir a voz dos próprios estudantes com deficiência para aprimorar as políticas existentes. Através dessa conexão entre os pontos de vista, percebe-se que as políticas atuais ainda não conseguem garantir uma inclusão efetiva e que há uma demanda clara por

melhorias para assegurar a participação plena e igualitária dos estudantes com deficiência no ambiente universitário.

Nóbrega (2023) (E19) destaca o reconhecimento do Estado em garantir o acesso e os direitos das pessoas com deficiência por meio de políticas públicas, como o estatuto da pessoa com deficiência, políticas de cotas e o programa Incluir. Enquanto isso, Santos (2018) (E7) aponta as dificuldades persistentes enfrentadas por pessoas com deficiência para acessar serviços básicos, ressaltando a necessidade de uma abordagem interseccional na gestão das políticas públicas para assegurar a verdadeira inclusão. A autora enfatiza a importância de garantir o direito à diferença dentro da igualdade de direitos, promovendo o acesso e permanência na educação para todos.

Por outro lado, Alves (2015) (E2) salienta os esforços das políticas atuais para garantir a matrícula de pessoas com deficiência no ensino regular e superior, promovendo a Educação Inclusiva. Apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos para garantir a inclusão e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. Essas perspectivas evidenciam a necessidade contínua de revisão e aprimoramento das políticas educacionais para assegurar uma inclusão efetiva.

É importante ressaltar que a legislação regulamentadora da educação inclusiva no ensino superior está em constante evolução, buscando sempre adequar-se às demandas e aos desafios presentes na sociedade. No entanto, sua efetividade depende não apenas da existência de leis e normativas, mas também da implementação eficaz e do monitoramento contínuo por parte das instituições de ensino e dos órgãos responsáveis pela fiscalização e pela promoção da inclusão educacional (Guimarães; Borges; Petten, 2021).

Por fim (E1, E4, E5, E7, E10, E15 e E16), é crucial que as políticas educacionais continuem a evoluir e se adaptar às demandas da sociedade. A efetividade da legislação de educação inclusiva no ensino superior depende não apenas da existência de leis, mas também da sua implementação eficaz e do monitoramento contínuo. Somente assim é possível garantir uma educação efetivamente inclusiva, que promova a igualdade de oportunidades para todos os universitários, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais.

#### **4 RESULTADOS**

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos por meio de uma análise crítica, destacando as melhores práticas e os obstáculos a serem superados para promover um ambiente acadêmico inclusivo e equitativo.

Ao adotar uma abordagem inclusiva, as universidades se comprometem não apenas com o ensino de conteúdos acadêmicos, mas também com o desenvolvimento integral de cada sujeito,

buscando promover seu crescimento pessoal, sua satisfação e sua inserção social. Isso implica não apenas adaptar o ambiente físico e os recursos pedagógicos, mas também criar uma cultura acadêmica que celebre a diversidade e promova o respeito mútuo, a colaboração e a solidariedade entre todos os membros da comunidade educacional (Fernandes; Costa, 2015).

Nesse sentido, a Educação Inclusiva não é apenas uma questão de acesso ou de cumprimento de legislação, é também uma filosofia educacional que permeia todas as dimensões da vida universitária (Oliveira; Bracken; Nakano, 2021). Desde a década de 1990, o Brasil vem adotando políticas educacionais voltadas para ampliar o acesso das pessoas com deficiência aos cursos de graduação em todo o país.

Inspiradas em abordagens mais humanizadas e alinhadas com as literaturas internacionais sobre educação inclusiva, essas políticas têm como objetivo não apenas garantir o acesso físico das PcD às instituições de ensino superior, mas também promover uma verdadeira transformação na cultura e nas práticas educacionais, valorizando a alteridade, a diversidade e a convivência com o diferente (Souza, 2020).

Essa perspectiva reconhece que a inclusão não se limita apenas à questão das deficiências físicas ou cognitivas, mas abrange um espectro mais amplo de diversidades, incluindo diferenças étnicas, culturais, religiosas, de gênero e orientação sexual. Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2007), na educação superior, a efetivação da educação especial requer a implementação de ações abrangentes e coordenadas cujo objetivo é garantir o acesso, a permanência e a participação plena dos estudantes com necessidades especiais. Essas ações são fundamentais para assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas condições individuais, tenham a oportunidade de usufruir plenamente de sua experiência acadêmica.

Uma das principais áreas de atuação na promoção da educação especial na educação superior é a garantia da acessibilidade. Isso envolve o planejamento e a organização de recursos e serviços que promovam a acessibilidade arquitetônica, tornando os ambientes físicos das instituições de ensino adequados e acessíveis para todos os alunos. Rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados e sinalização adequada são algumas das medidas que podem ser adotadas para garantir a acessibilidade nas instalações físicas das universidades e faculdades (Brasil, 2007).

Além disso, a acessibilidade também se estende para além do ambiente físico, abrangendo as comunicações, os sistemas de informação e os materiais didáticos e pedagógicos utilizados no ensino superior. Isso significa que os processos seletivos, as aulas, as atividades de pesquisa e extensão, bem como os materiais de estudo e avaliação, devem ser disponibilizadas de forma acessível para todos os universitários, independentemente de suas necessidades individuais (Brasil, 2007).



Nesse sentido, é fundamental que as instituições de ensino superior adotem políticas e práticas inclusivas que garantam a acessibilidade e a adaptação dos recursos e serviços oferecidos. Isso pode incluir a disponibilização de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para alunos surdos, o uso de tecnologias assistivas para alunos com deficiência visual ou motora, e a oferta de suporte pedagógico e apoio individualizado para estudantes com transtornos específicos de aprendizagem (Guimarães; Borges; Petten, 2021).

Além disso, é importante que as instituições de ensino superior promovam a sensibilização e a formação continuada de docentes e demais profissionais para lidar de forma adequada e inclusiva com a diversidade de necessidades dos universitários. Isso pode envolver, além de programas de formação continuada, outras atividades que visem a promover uma cultura institucional de inclusão e valorização da diversidade (Rivero; Gilleta, 2019).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como principal objetivo promover respostas adequadas às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiências, garantindo a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior (Brasil, 2007).

De acordo com o que explicam Martins, Melo e Martins (2021), no contexto brasileiro, o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior são garantidos por políticas e legislações específicas, assim como por um orçamento destinado a ações que promovam e assegurem essa inclusão nas universidades públicas federais. No entanto, apesar desses avanços legais, muitas instituições de ensino superior ainda não conseguiram implementar efetivamente o que é exigido por lei, resultando em obstáculos significativos para a plena inclusão desses estudantes.

Embora tenham ocorridos avanços significativos nas políticas inclusivas do ensino superior brasileiro, ainda há desafios a serem superados para garantir que tais diretrizes sejam implementadas de forma abrangente em todas as universidades. Um obstáculo crucial é a adequação das práticas pedagógicas para os estudantes com deficiência. Ao contrário da educação básica, o ensino superior ainda carece de estruturas e suportes suficientes para proporcionar uma experiência acadêmica genuinamente inclusiva e equitativa (Martins; Melo; Martins, 2021).

A falta de investimento em recursos de acessibilidade, como tecnologias assistivas e profissionais especializados, é um desafio para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. Eles frequentemente enfrentam barreiras físicas, comunicacionais e pedagógicas que limitam seu acesso ao conhecimento e participação na vida acadêmica (Martins; Melo; Martins, 2021). Um esforço conjunto de governo, instituições de ensino, sociedade civil e estudantes é necessário para superar esses desafios e criar um ensino superior verdadeiramente inclusivo e acessível a todos, em

consonância com os princípios de igualdade de oportunidades e respeito aos direitos humanos (Breitenbach; Honnef; Costas, 2016).

Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2007), no ensino superior, o atendimento educacional especializado (AEE) é crucial para a inclusão e o sucesso acadêmico de estudantes com necessidades educacionais especiais. Profissionais especializados oferecem suporte adaptado às necessidades individuais dos estudantes.

Isso inclui profissionais como o professor de apoio, psicopedagogos, intérpretes de Libras e tecnólogos em recursos assistivos, que desempenham papéis essenciais no suporte individualizado aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Enquanto o professor de apoio oferece assistência direta nas áreas de dificuldade do aluno, auxiliando na compreensão do conteúdo e no desenvolvimento de habilidades específicas, o psicopedagogo avalia as dificuldades de aprendizagem e implementa estratégias para superá-las. O intérprete de Libras facilita a comunicação entre estudantes surdos e ouvintes, enquanto o tecnólogo em recursos assistivos orienta o uso de dispositivos e *softwares* para acessar o conteúdo acadêmico. Esses profissionais e serviços são cruciais para promover a inclusão e garantir igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico (Fernandes; Costa, 2015).

Além disso, o AEE abrange profissionais qualificados em orientação e mobilidade, que auxiliam alunos com deficiência visual na locomoção e na adaptação ao ambiente acadêmico. Profissionais especializados em atividades de vida autônoma oferecem suporte para o desenvolvimento de habilidades diárias necessárias para a autonomia dos estudantes com deficiência (Fernandes; Costa, 2015).

A comunicação alternativa também é uma área abordada pelo atendimento educacional especializado, usada no auxílio aos estudantes com dificuldades na comunicação verbal. Esses profissionais podem utilizar recursos como símbolos, pranchas de comunicação e dispositivos eletrônicos para facilitar a interação e a expressão dos alunos (Guimarães; Borges; Petten, 2021).

Além disso, esse suporte educacional envolve especialistas no desenvolvimento de habilidades mentais, como memória e raciocínio, e programas de enriquecimento curricular são oferecidos para estimular o crescimento acadêmico (Fernandes; Costa, 2015). A adaptação de materiais pedagógicos é essencial, incluindo recursos ópticos e tecnologia assistiva para diferentes necessidades (Brasil, 2007). Em suma, o atendimento especializado no ensino superior visa a fornecer suporte personalizado aos estudantes com deficiência, promovendo inclusão e sucesso acadêmico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou o "Panorama do processo de inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior brasileiro", destacando desafios e avanços enfrentados pelas instituições. Partiu-se das perguntas iniciais: as legislações e políticas de inclusão asseguram equidade no acesso ao ensino superior no Brasil? Dada a diversidade de contextos e recursos, é necessário adaptar as políticas para uma implementação eficaz? Quais barreiras socioeconômicas e culturais dificultam a acessibilidade e inclusão nas universidades? Como a inclusão reduz desigualdades educacionais?

Conclui-se que, apesar de avanços significativos nas políticas e legislações para garantir acesso e permanência de estudantes com deficiência nas universidades, ainda há muitos desafios a serem superados. Embora o Brasil tenha uma base legal sólida para promover a inclusão, essas legislações são relativamente recentes e ainda estão em processo de implementação na maioria das universidades.

Trata-se de um processo emergente que demanda familiaridade com as leis e a construção de procedimentos para sua efetivação. Esse movimento é dinâmico e desafiador, os principais obstáculos identificados incluem a falta de infraestrutura adequada e recursos suficientes, como tecnologias assistivas e profissionais qualificados, para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência.

Além disso, a falta de sensibilização e formação dos docentes e demais profissionais também representa um desafio significativo. É fundamental que todos no processo educacional estejam preparados para lidar de forma inclusiva com a diversidade de necessidades dos universitários, garantindo o apoio necessário para seu pleno potencial acadêmico. Outro ponto relevante é a necessidade de fortalecer as diretrizes pedagógicas voltadas para estudantes com deficiência no ensino superior. Enquanto na educação básica há uma estrutura mais ampla de serviços e recursos, no ensino superior essas diretrizes ainda são incipientes.

É crucial que as universidades desenvolvam políticas e práticas inclusivas para garantir acessibilidade e adaptação dos recursos e serviços oferecidos. A promoção da educação inclusiva no ensino superior é responsabilidade de todos os envolvidos - instituições de ensino, governo, sociedade civil e estudantes. Apenas através de um esforço conjunto será possível superar os obstáculos e construir um ensino superior inclusivo, acessível e equitativo.

Recomenda-se a realização de estudos futuros para explorar mais profundamente: monitoramento e avaliação das políticas de inclusão; impacto da formação continuada dos docentes na promoção de práticas inclusivas; disponibilidade e uso de tecnologias assistivas nas universidades brasileiras; eficácia dos programas de apoio financeiro para estudantes com deficiência; e estratégias

para promover uma cultura institucional que valorize a diversidade e a inclusão, combatendo barreiras atitudinais e culturais.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. O. **Acessibilidade sensorial para o acesso à educação superior pública pelas pessoas com deficiência**: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos no âmbito da CAPES e UAB. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, 2020.

ALMEIDA, I. A. **Um desafio entre o ideal e o real**: a implementação das ações de inclusão educacional e o Centro Acadêmico no Agreste. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ALVES, D. O. **Representações sociais da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

AMORIM, M. M. **Direito à educação superior para pessoas com deficiência no Brasil e Uruguai**: estudo comparativo no decênio da inclusão – 2006- 2016. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BAZON, F. V. M. *et al.* Formação de formadores e suas significações para a educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e176672, 2018.

BEZERRA, T. M. C. **Docência e inclusão do estudante com deficiência na Universidade Estadual do Ceará (UECE)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2022.

BOHNERT, G. O. M. **Inclusão no ensino superior**: uma proposta de ação. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL, J. S. **Acessibilidade atitudinal e pedagógica no Ensino Superior**: análise de políticas e práticas para o ingresso e permanência de estudantes com deficiência. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino), Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Presidência da República, Brasília, DF, 2006.

BREITENBACH, F. V.; HONNEF, C.; COSTAS, F. A. T. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 359-379, abr./jun. 2016.

CARVALHO, A. M. F. **Psicologia sócio-histórica e formação continuada de professores em serviço**: revisão integrativa de estudos de 2005 a 2020. 2020. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/23434/2/Agda%20Malheiro%20Ferraz%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

COSTA, M. P. **Inclusão no ensino superior?** Percepções dos estudantes com deficiência da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Campina Grande. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior. **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial 3, p. 127-150, dez. 2017.

FERNANDES, W. L.; COSTA, C. S. L. da. Possibilidades da tutoria de pares para estudantes com deficiência visual no ensino técnico e superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 1, p. 39-56, 2015.

GÓES, E. P. **Inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE**. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GOTELIPE, L. G. O. **Educação superior no Brasil**: a coetaneidade entre processos de inclusão e exclusão. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

GUIMARÃES, M. C. A.; BORGES, A. A. P.; PETTEN, A. M. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. **Revista brasileira de educação especial**, Bauru, v. 27, e0059, p. 935-952, 2021.

JUSTINA, Júlia Graziela Della. **A política de educação inclusiva nas instituições de educação superior da região sul de Santa Catarina**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016.

KRAMM, D. L. **Políticas de Formação de Professores da Educação Básica no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.



LIMA, L. P. M. **Inclusão e permanência de estudantes com deficiência na Universidade de Brasília: um estudo sobre os desafios enfrentados**. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MARTINS, M. H. V.; MELO, F. R. L. V.; MARTINS, C. Serviços para estudantes com deficiência nas Universidades: dificuldades e desafios. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e27022, 2021.

MUZI, T. G. **Inclusão e acessibilidade na educação superior sob o enfoque de políticas públicas federais: o programa Incluir**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

NÓBREGA, C. A. **Desafios às práticas docentes inclusivas no Instituto Federal da Paraíba**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, João Pessoa, 2023.

OLIVEIRA, G. K. A. P. **Inclusão na Educação Superior: Novas Tessituras para o Campo da Docência Universitária**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

OLIVEIRA, J. P.; BRACKEN, S.; NAKANO, N. Preliminary indicators of the use of lesson study as a teaching practice capable of enabling an inclusive perspective in higher education. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 27, e0161, p. 371-390, jan./dez. 2021.

PAZ-MALDONADO, E. La inclusión educativa del estudiantado universitario en situación de discapacidad en Honduras. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, v. 29, n. 112, p. 738-760, jul./set. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902767>

PEREIRA, A. S. **Da inclusão à conclusão: uma análise quantitativa da situação acadêmica de estudantes com deficiência na UFPel**. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

PERON, L. **As representações sociais sobre as políticas de inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: um estudo com docentes de uma Universidade do Sul do Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 127-134, 2018.

REIS, E. R.; BORGES, C. S.; WAGNER, F. Desafios e perspectivas na prática docente do segundo professor de turma do ensino regular de Santa Catarina. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unisul)**, Tubarão, v. 17, p. 122-138, 2023.

RELATÓRIO. Detector de IA. **GPTZERO.ME**. Disponível em: [app.gptzero.me/app/documents/11fba3ad-4278-4d7a-b697-b97Ga95bea0](https://app.gptzero.me/app/documents/11fba3ad-4278-4d7a-b697-b97Ga95bea0). Acesso em: 10 jun. 2024.

RIVERO, I. V.; GILLETA, V. G. O jogo em projetos de inovação universitária. Estratégia inclusiva. **Movimento**, [S.l.], v. 25, p. e25048, 2019. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.88086>

SANTANA, L. L. S. **Acesso e Permanência na Educação Superior** – estratégias e ações da divisão de acessibilidade e ações afirmativas/ DIAF na UFMS. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Cuiabá, 2016.

SANTOS, C. P. **Políticas inclusivas e a formação do tradutor intérprete da Libras (TILS) atuante no ensino superior**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, João Pessoa, 2018.

SILVA, R. H. R. Balanço das dissertações e teses em educação especial e educação inclusiva desenvolvidas nos programas de pós-graduação em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 4, p. 601-618, out./dez. 2018.

SILVA NETO, P. J. **Inclusão da pessoa com deficiência na educação superior**: o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB para o acesso e a permanência. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SOUZA, L. T. **Educação de pessoas com deficiência como direito humano**: condições de acesso e permanência nos programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba. 2020. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, [S.l.], v. 8, n. 1, Pt 1, p. 102-106, 2010.

SOUZA, S. C. **Formação do professor e inclusão educacional no ensino superior**. 2020. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

TOMELIN, K. N. *et al.* Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília, DF: Unesco, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

WAGNER, Flávia. Formação continuada para docência universitária: a experiência do campus norte da UNISUL/SC. **Cadernos Acadêmicos**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 27-43, 2009.